



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS

ATA

II REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS

Data: 21 de setembro de 2018

Horário: das 16h00 às 17h35

Local: Salão Nobre - Edifício Sede, 2º andar

Participantes	Cargo e Unidade
Diogo Souza Santa Cecília	Juiz Federal Diretor do Foro
Ricardo Antonio Nogueira Pereira	Diretor da Secretaria Administrativa
Harley Caixeta Seixas	Diretor do Núcleo Judiciário
Gilmar Cintra de Araújo	Diretor do Núcleo de Administração
Marhianne Paulla Cunha de Oliveira	Diretora de Secretaria da 1ª Vara Federal
Raphael Elias Faria Cardoso	Diretor de Secretaria da 2ª Vara Federal, em substituição
Cristiano Oliveira Ribeiro Prado	Diretor de Secretaria da 3ª Vara Federal
Pacelli Larisson Gonçalves Costa	Diretor de Secretaria da 4ª Vara Federal
Pollyana de Abreu Pimenta	Diretora de Secretaria da 5ª Vara Federal
Maria Aparecida Moreira	Diretora do Núcleo de Apoio à Turma Recursal
Iane Maria Pinheiro Nolasco	Oficial de Gabinete - Turma Recursal - Relator 1
Marineide da Silva Braga	Oficial de Gabinete - Turma Recursal - Relator 2
Maria Aparecida Batista Vaz Araújo	Diretora de Secretaria da 1ª Vara de Araguaína, em substituição
Delmar Carneiro Pessoa Junior	Diretor de Secretaria da 2ª Vara de Araguaína
Eduardo de Assis Ribeiro Filho	Juiz Federal da Vara Única de Gurupi
Fabyo di Abraao Teixeira Noleto	Diretor de Secretaria da Vara Única de Gurupi
Iracema Ribeiro de Sena	Supervisora da Seção de Suporte Administrativo da Secretaria Administrativa
Barbara Mendes Michel	Diretora do Centro Judiciário de Conciliação, em substituição

Ausentes a diretora do Núcleo de Recursos Humanos e a Oficial de Gabinete da Turma Recursal - Relatores 3, tendo em vista estarem de atestado médico

1. Abertura da reunião

A reunião foi iniciada pelo Juiz Federal Diretor do Foro, Dr. Diogo Souza Santa Cecília, que deu as boas vindas a todos, em especial ao recém nomeado Diretor do Núcleo Judiciário, servidor Harley Seixas, que acumulará as atividades do Núcleo Judiciário e as atividades da Seção de Modernização Administrativa, razão pela qual continuará na direção dos trabalhos de acompanhamento das metas estratégicas. Destacou a importância da realização da reunião, tendo em vista o cumprimento das metas estratégicas propostas e passou a palavra para o diretor do Nucju, Harley Seixas, que agradeceu a participação de todos os membros do Cipe-SJTO na reunião e reforçou a importância do envolvimento de todos no cumprimento das metas e na formalização de projetos estratégicos que contribuam para a execução dos objetivos estratégicos que compõem o Mapa Estratégico da Justiça Federal, com vista a alcançar resultados tão bons quanto os alcançados no exercício de 2017.

2. Monitoramentos das Metas Estratégicas de 2018

O Diretor do Nucju lembrou que as metas para o ano de 2018 sofreram poucas mudanças, em relação ao ano anterior. Além da atualização das datas, as únicas metas que sofreram alterações foram a Meta 4, que passou a abranger, também, as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, a Meta 8, que deixou de contemplar as ações de improbidade administrativa. Além dessas alterações, foi criada a Meta 9, que visa o cumprimento de todas as metas que compõem o Plano de Logística Sustentável.

Metas 2018

Metas Nacionais:

Meta 1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente
Meta 2	Identificar e julgar, em 2018, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013 e pelo menos, 85% dos processos distribuídos até 31/12/2014, no 1º e 2º graus; e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2015 nos JEFs e nas TRs
Meta 3	Fomentar o alcance do percentual mínimo de 2% na proporção dos processos conciliados em relação aos distribuídos
Meta 4	Julgar, em 2018, 70% das ações de improb. administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2015
Meta 5	Baixar em 2018 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente
Meta 6	Julgar, em 2018, 70% dos proc. de ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

Metas Específicas:

Meta 7	Baixar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente
Meta 8	Julgar, em 2018, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa , ao tráfico de pessoas, à exploração sexual e ao trabalho escravo, distribuídas até 31/12/2014
Meta 9	Cumprir 100% das metas do Plano de Logística Sustentável

Feitas essas considerações, o Diretor do Nucju passou então para a apresentação dos resultados das metas no ano de 2018. Foram apresentados os resultados alcançados no período de Janeiro a Setembro de 2018, com um comparativo dos resultados alcançados no ano de 2017.

Resultado Geral Metas 2018



METAS	2017		2018		2018						Falta para cumprir
	Meta 1		Meta 2								
	Conhecim.		mais Antigos								
	No Ano Corrente		Vara		JEF ou TR		Vara		JEF ou TR		
Distribuídos	Objetivo	Até 2012	Em 2013	Até 2014	Até 2013	Em 2014	Até 2015	Até 2013	Em 2014	Até 2015	
	Julgar mais que o Distribuído	Julgar todo o Passivo	Julgar pelo menos 85%	Julgar todo o Passivo	Julgar todo o Passivo	Julgar pelo menos 85%	Julgar todo o Passivo	Julgar todo o Passivo	Julgar pelo menos 85%	Julgar todo o Passivo	
1ª Vara Federal	138,62%	104,89%	88,65%	101,36%				97,56%	112,69%		12
2ª Vara Federal	121,41%	85,53%	88,06%	109,24%				98,48%	116,22%		5
3ª Vara Federal	131,71%	124,77%	100,00%	117,65%	100,00%			95,83%	117,65%	86,88%	1/539
4ª Vara Federal	97,92%	108,50%	71,49%	77,01%	71,43%			94,94%	96,64%	85,71%	41/35/2
5ª Vara Federal	118,55%	198,16%	71,43%	117,65%	98,73%			100,00%	117,65%	99,78%	8
Turma Recursal – Relator 1	180,67%	85,76%			100,00%					96,77%	38
Turma Recursal – Relator 2	112,63%	110,99%			100,00%					100,00%	
Turma Recursal – Relator 3	110,92%	96,28%			100,00%					99,45%	4
1ª Vara de Araguaína	83,17%	265,99%	49,08%	50,31%	98,13%			71,49%	72,48%	98,67%	136/81/71
2ª Vara de Araguaína	36,46%	181,32%	4,26%	11,31%	52,28%			16,25%	9,64%	57,40%	132/56/1464
Vara Única de Gurupi	105,77%	87,60%	100,00%	107,27%	100,00%			100,00%	115,03%	100,00%	

	2017	2018	2017	2018	2017	2018
METAS	Meta 3		Meta 4		Meta 5	
Processos Foco	Conciliação		Improb. Administ.	Improb. Administ. e Crim. Contra Admin.	Exec.NÃO Fiscal	
Distribuidos	No Ano Corrente		Até 2014	Até 2015	No Ano Corrente	
Objetivo	Conciliar 2% dos distribuidos		Julgar pelo menos 70%	Julgar pelo menos 70%	Baixar mais que o Distribuído	
1ª Vara Federal	270,03%	139,62%	119,60%	113,21%		60,87%
2ª Vara Federal	104,32%	24,63%	119,05%	116,88%		111,86%
3ª Vara Federal	282,18%	296,33%				100,38%
4ª Vara Federal				118,14%		
5ª Vara Federal	246,04%	567,52%				113,51%
Turma Recursal – Relator 1						
Turma Recursal – Relator 2						
Turma Recursal – Relator 3						
1ª Vara de Araguaína	1.181,73%	2.736,06%	33,33%	57,47%	208	111,21%
2ª Vara de Araguaína	128,43%	2.459,64%	4,46%	12,24%	32	107,31%
Vara Única de Gurupi	154,26%	372,32%	104,76%	136,55%		102,39%

	2017	2018	2017	2018	2017	2018
METAS	Meta 6		Meta 7		Meta 8	
Processos Foco	Ações Coletiva		Criminais Baixados		Imp. Adm., Tráf. Pessoas e Trab. Escravo	Tráf. Pessoas e Trab. Escravo
Distribuidos	Até 2013	Até 2014	No Ano Corrente		Até 2014	Até 2015
Objetivo	Julgar todo o Passivo		Baixar mais que o Distribuído		Julgar pelo menos 70%	
1ª Vara Federal	121,69%	139,82%				
2ª Vara Federal	142,86%	142,86%				
3ª Vara Federal						
4ª Vara Federal			138,87%	118,29%	81,17%	198,76%
5ª Vara Federal						
Turma Recursal – Relator 1			266,67%	100,00%		
Turma Recursal – Relator 2			266,67%	0,00%	1	
Turma Recursal – Relator 3			500,00%	100,00%		
1ª Vara de Araguaína	35,71%	42,02%	12	77,08%	30,89%	23,81%
2ª Vara de Araguaína	100,00%	0,00%	17	43,82%	58,33%	
Vara Única de Gurupi	142,86%	142,86%	145,00%	100,00%	130,95%	178,57%

METAS	Meta 1	Meta 2			Meta 3	Meta 4	Meta 5	Meta 6	Meta 7	Meta 8
Processos Foco	Conhecim.	mais Antigos			Conciliação	Improb. Administ. e Crim. Contra Admin.	Exec.NÃO Fiscal	Ações Coletiva	Criminais Baixados	Imp. Adm., Tráf. Pessoas e Trab. Escravo
Distribuidos	No Ano Corrente	Vara		JEF ou TR	No Ano Corrente	Até 2015	No Ano Corrente	Até 2014	No Ano Corrente	Até 2015
Objetivo	Julgar mais que o Distribuído	Julgar todo o Passivo	Julgar pelo menos 85%	Julgar todo o Passivo	Conciliar 2% dos distribuidos	Julgar pelo menos 70%	Baixar mais que o Distribuído	Julgar todo o Passivo	Baixar mais que o Distribuído	Julgar pelo menos 70%
1ª Vara Federal	104,89%	97,56%	112,69%		139,62%	113,21%	60,87%	139,82%		
2ª Vara Federal	85,53%	98,48%	116,22%		24,63%	116,88%	111,86%	142,86%		
3ª Vara Federal	124,77%	95,83%	117,65%	86,88%	296,33%		100,38%			
4ª Vara Federal	108,50%	94,94%	96,64%	85,71%		118,14%			118,29%	198,76%
5ª Vara Federal	198,16%	100,00%	117,65%	99,78%	567,52%		113,51%			
Turma Recursal – Relator 1	85,76%			96,77%					100,00%	
Turma Recursal – Relator 2	110,99%			100,00%					0,00%	
Turma Recursal – Relator 3	96,28%			99,45%					100,00%	
1ª Vara de Araguaína	265,99%	71,49%	72,48%	98,67%	2.736,06%	57,47%	111,21%	42,02%	300,00%	23,81%
2ª Vara de Araguaína	181,32%	16,25%	9,64%	57,40%	2.459,64%	12,24%	107,31%	0,00%	58,33%	
Vara Única de Gurupi	87,60%	100,00%	115,03%	100,00%	372,32%	136,55%	102,39%	142,86%	100,00%	178,57%

O Diretor do Nucju salientou que os resultados das metas apresentaram uma grande melhora em relação à primeira RAE, realizada em março/2018, e que já estão bem melhores que os resultados de todo o ano de 2017, salientando a necessidade de permanecer nessa crescente a fim de que sejam alcançados, ao final do ano, resultados tão bons, ou melhores, quanto aos que foram alcançados em 2017.

Foi questionado aos diretores presentes, cujas metas ainda não foram alcançadas, para relatar os problemas enfrentados.

A Diretora da 1ª Vara falou sobre os 12 processos pendentes para alcançar a Meta 2. De acordo com a Diretora, são Ações Civis Públicas, de grande complexidade, mas que estão sendo analisadas e que provavelmente será possível o julgamento de metade delas até o fim do exercício, não alcançando a integralidade da meta, mas melhorando bastante o seu resultado. Quanto a Meta 5, a diretora relatou que tem encontrado inconsistências nos relatórios do e-Siest, inclusive com solicitações de revisão a Diest ainda pendentes. De acordo com a diretora, os processos estavam sendo acompanhados com relatórios quinzenais e passou para 10 dias. Tem sido, também, realizadas conciliações dentro da própria vara, verificação da possibilidade de desistência com os exequentes recorrentes (exemplo: CEF, ECT) e revisão de minutas de decisões e de despachos, o que tem melhorado o resultado.

O Diretor da 2ª Vara, relatou que tem sido adotada a sistemática de abrir um processo para cada réu em ações que envolvem indisponibilidade de bens, entretanto esta metodologia tem aumentado o número de ações da vara, comprometendo a Meta 1. De acordo com o Diretor será revisto tal procedimento com vista a melhoria do desempenho na meta. Quanto a Meta 2, o Diretor relatou que as 5 ações pendentes estão sendo analisadas e que provavelmente 2 delas serão julgadas até o fim do exercício. A Meta 3, de acordo com o Diretor, está sob controle, sendo acompanhada diariamente.

Na 3ª Vara os processos estão sob controle, de acordo com o Diretor, que informou que a ação referente ao ano de 2013 foi desarquivada a pedido da PFN para ser correicionada, com a devolução os autos serão novamente arquivados. Com relação ao 539 processos do ano de 2015, informou que estavam suspensos aguardando decisão do STJ, mas que serão julgado ainda no mês de outubro.

Na 4ª Vara, foi verificada excelente melhora em relação ao ano de 2017. De acordo com o Diretor, os processos estão sob controle, andando para o cumprimento total da meta até o fim do exercício.

A Diretora da 5ª Vara relatou que tem acompanhado diariamente a meta 2, sem nenhum fato que venha a comprometer o integral cumprimento da meta nos próximos meses.

Na Turma Recursal, tanto os processos que envolvem as Metas 1, 2 e 7, serão abordados na próxima sessão, que será realizada no dia 26/09/2018. Com os julgamentos realizados na sessão as metas serão cumpridas na sua totalidade, relataram a Diretora e as Oficiais de Gabinete presentes.

Em Araguaína, foram apresentados dois cenários diversos. A Diretora, em substituição, da 1ª Vara relatou que, em relação a Meta 2, foi estipulada meta própria na vara para abordar as ações referentes a 2013, e que provavelmente irão cumprir na sua totalidade. Quanto às ações de 2014 e 2015, não foi possível assegurar o cumprimento total, mas, de acordo com a Diretora, ao final do ano, os resultados serão ainda melhores que os atuais. Nas Metas 4, 6 e 7, os trabalhos estão em andamento. Os processos já foram identificados e estão sendo trabalhados de acordo com a possibilidade da Vara. Vale ressaltar a sensível melhora dos resultados da Vara em relação ao ano de 2017.

Já em relação à 2ª Vara de Araguaína, o cenário não é positivo. Os dados mostram uma situação preocupante, pois estão muito aquém do desejado. De acordo com o Diretor da Vara, isso se deve a equipe de trabalho nova (a vara foi instalada em 16/10/2017) e sem experiência, em processo de assimilação da forma de trabalho adotada na vara, somando-se ao fato de a vara contar com somente um juiz federal. De acordo com o Diretor, atualmente existem mais de 5.000 processos conclusos, sendo que desses, mais de 2.500 já se encontram minutados. Entretanto vê-se dificuldade na falta de alinhamento entre o juiz e os servidores que fazem as minutas, gerando retrabalho e atraso no julgamento das ações.

O Diretor da Secad solicitou ao Diretor da 2ª Vara de Araguaína que os processos de metas fossem priorizados, de forma a melhorar o desempenho da unidade jurisdicional.

O Diretor da 2ª Vara de Araguaína ventitou a possibilidade de distribuir os processos para sentença à distância por outros juízes, solicitação esta que ficou de ser verificada a possibilidade.

O Juiz Federal Diretor do Foro informou que foi solicitada a priorização de lotação do juiz substituto naquela vara, e que está aguardando manifestação do TRF1 sobre o assunto. Enquanto isso, foi colocado a disposição as unidades judiciárias da capital, para troca de experiências com vista a melhorar o desempenho nas metas.

Em Gurupi, os dados demonstram que os resultados são grandemente satisfatórios, tendo como pendência somente a Meta 1. De acordo com o Diretor e o Juiz Federal Titular da Vara, os processos mais antigos da vara já foram julgados, o que pode ser comprovado pelos excelentes resultados na Meta 2 e nas metas dos anos anteriores. Atualmente a vara com acervo muito recente, o que compromete o cumprimento da Meta 1, tendo em vista os prazos que devem ser observados. Dessa forma, foi colocado pelos representantes da Subseção que dificilmente conseguiram alcançar o cumprimento total da referida meta.

3. Carteira de Projetos

Passada da etapa de análise das metas estratégicas, o Diretor do Nucju passou a explanação sobre a carteira de projetos. Foram apresentados os status de todos os projetos que compõem a Carteira de Projetos da SJTO.

Projetos Estratégicos

- Criação da Carta de Serviços da SJTO
 - **Concluído** com publicação na página da seccional em Outubro de 2016 e atualizações periódicas
- Programa Bem Estar e Qualidade de Vida no Trabalho
 - **Concluído** com a realização de diversas ações e ações de sensibilização
- Adesão aos Exames Periódicos de Saúde
 - **Concluído**, mas longe da meta proposta. Número de servidores convidados x Exames realizados: 151 / 49 = 32,45%. Meta para servidores: 100%. Número de magistrados convidados x Exames realizados: 12/0 = 0%. Meta para magistrados: 80%.
- Ginástica Laboral
 - **Concluído**. Contratação finalizada e contrato já em execução.
- Pesquisa de Clima Organizacional da Seção Judiciária do Tocantins
 - **Concluído**, dentro da normalidade. Pesquisa já realizada e com o relatório apresentado. Em fase de elaboração do plano de ação.
- Instalação da 5ª Vara Federal em Palmas
 - **Concluído** com a instalação em 10/10/2016
- Instalação da 2ª Vara Federal em Araguaína
 - **Concluído** com a instalação em 16/10/2017
- Acompanhamento das Metas Estratégicas 2016, 2017 e 2018
 - **Concluído** com acompanhamento feito pelo e-Siest e realização de RAEs quadrimestralmente
- Plano de Logística Sustentável 2016, 2017 e 2018
 - **Concluído** com indicadores medidos mensalmente e apresentação de Relatório de Desempenho Anual
- Obra de Reestruturação do Datacenter da SJTO
 - **Concluído** com a obra finalizada em dezembro/2017
- Central de Videoconferência
 - **Concluído** com a criação em 01/12/2015, por meio da Portaria SJ Diref 318/2015
- Reestruturação da Seção de Controle Interno.
 - **Em andamento** dentro do prazo previsto, aguardando assinatura de Portaria Diref
- Implantação da Política de Gestão de Riscos da Justiça Federal na 1ª Região na SJTO
 - **Em andamento** dentro do prazo previsto, aguardando manifestação do TRF1 sobre a implantação do projeto piloto naquele tribunal
- Descentralização da Rede WAN - Contratação de Rede Corporativa de Longa Distância (WAN)
 - **Em andamento** dentro do prazo previsto, com licitação já realizada faltando a assinatura do contrato
- Celeridade para alcance das metas 2, 4, 5 e 6
 - **Em andamento** dentro do prazo previsto, em implantação na 1ª Vara Federal
- Acessibilidade as instalações da SJTO
 - **Em andamento** mas com risco de atraso. O projeto está sendo elaborado pela Sepob, para execução em 2019, dependendo orçamento.
- ABSENTEÍSMO - mapeamento de suas causas
 - **Cancelado**. O mapeamento precisa ser realizado pela médica da seccional e o seu contrato de apenas 10h semanais não permite que esse projeto seja desenvolvido.

Total de 17 Projetos Estratégicos que compõem a carteira de iniciativas estratégicas da SJTO

-11 Concluídos
 -5 Em andamento
 -1 Cancelado

O Diretor do Nuju lembrou os 17 projetos estratégicos que compõem a carteira de projetos da seccional, salientando que a maioria deles (13) foram formalizados pela área administrativa, e que a formalização e a execução desses projetos impacta diretamente no percentual de execução da estratégia na seccional. De acordo com o diretor, a execução da estratégia é medida pela real operacionalização das iniciativas estratégicas vinculadas a cada um dos 15 objetivos estratégicos que compõem o Planejamento Estratégico da Justiça Federal. Daí se vê a importância de existirem projetos estratégicos que sejam elaborados pelas unidades judiciárias, uma vez que há objetivos estratégicos que só podem ser impactados com esse tipo de iniciativas.

Dentre os projetos estratégicos, foi acrescentado o Projeto - Celeridade para alcance das metas 2, 4, 5 e 6, formalizado pela Diretora da 1ª Vara. A formalização deste projeto, juntamente com a formalização de outros 3 projetos da área administrativa, fez com que o índice de execução da estratégia fosse elevado de 43%, para 78%, tendo 14 dos 15 objetivos estratégicos impactado por alguma das iniciativas estratégicas, conforme apresentado.

Plano de Ação SJTO - Planej 2015-2020 - EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA					
Posição em Setembro de 2018					
	Objetivo Estratégico	Iniciativas em andamento	Progresso %	Importância (Peso)	% Execução do Objetivo
1	Buscar a satisfação do usuário/cidadão	Criação da Carta de Serviços da SJTO	100	1	87
		Instalação da 5ª Vara Federal em Palmas	100	3	
		Descentralização da Rede WAN - Contratação de Rede Corporativa de Longa Distância (WAN)	95	3	
		Acessibilidade as instalações da SJTO	30	2	
		Instalação da 2ª Vara Federal em Araguaína	100	3	
2	Agilizar os trâmites judiciais	Instalação da 5ª Vara Federal em Palmas	100	3	89
		Instalação da 2ª Vara Federal em Araguaína	100	3	
		Celeridade para alcance das metas 2, 4, 5 e 6	60	3	
		Descentralização da Rede WAN - Contratação de Rede Corporativa de Longa Distância (WAN)	95	3	
3	Aumentar o número de processos encerrados por meio de conciliação	Criação da Central de Videoconferência	100	3	100
4	Agilizar os trâmites dos processos criminais, de modo a combater a impunidade	Criação da Central de Videoconferência	100	3	100
5	Aperfeiçoar a gestão da execução da pena alternativa	Criação da Central de Videoconferência	100	3	100
6	Agilizar os trâmites judiciais no cumprimento do julgado (execuções não fiscais)	Celeridade para alcance das metas 2, 4, 5 e 6	60	3	60
7	Agilizar os trâmites judiciais das execuções fiscais	Instalação da 5ª Vara Federal em Palmas	100	3	100
		Instalação da 2ª Vara Federal em Araguaína	100	3	
8	Agilizar os trâmites processuais na busca do julgamento célere das ações de improbidade administrativa	Celeridade para alcance das metas 2, 4, 5 e 6	60	3	60
9	Aprimorar o funcionamento do sistema de controles internos da Justiça Federal	Implantação da Política de Gestão de Riscos da Justiça Federal na 1ª Região na SJTO	10	3	53
		Reestruturação da Seção de Controle Interno.	95	3	
10	Reduzir o acúmulo de processos relativos às demandas repetitivas e dos grandes litigantes	Celeridade para alcance das metas 2, 4, 5 e 6	60	3	60
11	Desenvolver o potencial humano nos órgãos da Justiça Federal	Implantação de Programa Bem Estar e Qualidade de Vida no Trabalho	100	2	100
		Ginástica Laboral	100	2	
		Adesão aos Exames Periódicos de Saúde	100	2	
		Pesquisa de Clima Organizacional da Seção Judiciária do Tocantins	100	3	
12	Otimizar custos operacionais	Plano de Logística Sustentável	100	3	98
		Descentralização da Rede WAN - Contratação de Rede Corporativa de Longa Distância (WAN)	95	2	
13	Aprimorar a organização e as práticas da gestão estratégica	Acompanhamento das Metas Estratégicas 2016	100	3	66
		Acompanhamento das Metas Estratégicas 2017	100	3	
		Plano de Logística Sustentável	100	3	
		Implantação da Política de Gestão de Riscos da Justiça Federal na 1ª Região na SJTO	10	3	
		Reestruturação da Seção de Controle Interno.	95	3	
		Acessibilidade as instalações da SJTO	30	1	
14	Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal	Obra de Reestruturação do Datacenter da SJTO.	100	3	98
		Descentralização da Rede WAN - Contratação de Rede Corporativa de Longa Distância (WAN)	95	3	
15	Aperfeiçoar a governança de TI na Justiça Federal				0
TOTAL DE EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA ATÉ SETEMBRO DE 2018 (%)					78

A falta de mais projetos estratégicos vinculados aos objetivos estratégicos compromete o resultado da execução da estratégia na SJTO.

Dessa forma, o Diretor do Nucju solicitou empenho dos diretores de vara para a formalização, e o consequente acompanhamento e execução de iniciativas estratégicas, pelas unidades judiciárias, visando a melhora do índice de

execução da estratégia.

O diretor da Secad salientou que muitas iniciativas já são realizadas pelas varas, mas que ainda não houve a formalização dessas iniciativas em projetos, solicitando empenho das unidades judiciárias na formalização dos projetos.

5. Circular Diref 6796045 - Limites orçamentários da SJTO para 2019

Aproveitando que as metas do PLS passaram a incorporar as metas estratégicas da Justiça Federal, o Diretor do Nucju refez breve explanação sobre o PLS-SJTO e apresentou a todos os presentes as 15 metas que compõem o PLS/SJTO.

Plano de Logística Sustentável

Tema 1 – Insumos e Materiais

Objetivo estratégico: Promover o uso eficiente de insumos e materiais (papel, descartáveis e impressões)

Meta 1 - Reduzir o consumo de papel em 1% ao ano até 2020

Meta 2 - Reduzir o consumo de copos descartáveis em 1% ao ano até 2020

Meta 3 - Manter o consumo atual (2015) de água mineral até 2020

Meta 4 - Reduzir o consumo de suprimentos de impressão (toner) em 2% a.a. até 2020

Tema 2 – Energia Elétrica

Objetivo estratégico: Gerir de forma eficiente energia elétrica

Meta 5 - Reduzir o consumo de energia elétrica, em Kwh, em 0,5% ao ano até 2020

Tema 3 – Água e Esgoto

Objetivo estratégico: Gerir de forma eficiente água e esgoto

Meta 6 - Reduzir o consumo de água e esgoto em 500 m³ ao ano até 2020

Tema 4 – Gestão de Resíduos

Objetivo estratégico: Gerir de forma eficiente a gestão de resíduos

Meta 7 – Ampliar a destinação de materiais diversos à reciclagem em 2% ao ano até 2020

Tema 5 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho

Objetivo estratégico: Promover a qualidade de vida no ambiente de trabalho

Meta 8 – Ampliar a participação de servidores em ações de qualidade de vida no trabalho, solidárias e de inclusão (PNE) em 0,5% ao ano até 2020

Tema 6 – Contratações Sustentáveis

Objetivo estratégico: Promover contratações sustentáveis

Meta 9 - Reduzir o gasto com telefonia fixa e móvel em 3% ao ano até 2020

Meta 10 – Manter os gastos atuais (2015) com vigilância até 2020, desconsideradas as repactuações

Meta 11 – Manter os gastos atuais (2015) com limpeza até 2020, desconsideradas as repactuações

Meta 12 – Reduzir o valor gasto com reformas em 10% ao ano até 2020

Tema 7 – Deslocamentos de pessoal, bens e materiais

Objetivo estratégico: Promover deslocamentos sustentáveis

Meta 13 – Reduzir a quantidade de Km rodados em 7,5% ao ano até 2020

Meta 14 – Reduzir os gastos com manutenção preventiva e corretiva em 15% ao ano até 2020
















Tema 8 – Sensibilização e capacitação contínua

Objetivo estratégico: Promover a sensibilização e a capacitação da força de trabalho em gestão socioambiental

Meta 15 – Implantar pelo menos uma ação de sensibilização para cada tema definido na Resolução Presi 4/2016 até 2020

Além da apresentação das metas, foi reapresentado também os resultados alcançados no ano de 2017.

Resultados PLS-SJTO em 2017

Grupo Indicador	Metas	Situação	
1. Papel	Reduzir o consumo em 1% ao ano, até 2020	Aumento de 20,37% em 2017.	 META NÃO ALCANÇADA
2. Descartáveis	Reduzir o consumo de copo descartável em 1% ao ano, até 2020.	Aumento de 38,06% em 2017.	 META NÃO ALCANÇADA
3. Água Mineral	Manter o consumo de água mineral.	Aumento de 125,88% em 2017	 META NÃO ALCANÇADA
4. Impressões	Reduzir o consumo de suprimento de impressão em 2% ao ano até 2020.	Redução de 10,53% em 2017	 META SUPERADA
5. Energia Elétrica	Reduzir o consumo de energia elétrica em 0,5%, ao ano, até 2020.	Aumento de 1,5% em 2017	 META NÃO ALCANÇADA
6. Água e Esgoto	Reduzir o consumo de água e esgoto em 500 m ³ , ao ano, até 2020.	Aumento de 3,16% em 2017, referente a 229 m ³	 META NÃO ALCANÇADA
7. Gestão de Resíduos	Ampliar a destinação de materiais diversos à reciclagem em 2%, ao ano, até 2020.	Aumento de 6,8% na destinação de papel e aumento de 79,70% na destinação de resíduos de saúde em 2017	 META SUPERADA
8. Qualidade de Vida no ambiente de Trabalho	Ampliar a participação de servidores em ações QVT, solidárias e de inclusão em 0,5% ao ano, até 2020.	Aumento de 68,26% em 2017	 META SUPERADA
9. Telefonia	Reduzir o gasto com telefonia em 3% ao ano, até 2020.	Redução de 30,46% em 2017	 META SUPERADA
10. Contrato de Vigilância	Manter o gasto anual (2015), desconsideradas as repactuações.	Considera-se a meta cumprida, tendo em vista que o aumento verificado nos gastos (6,84%) foi inferior ao percentual de repactuação do período, que foi de 7,93%.	 META SUPERADA
11. Contrato de Limpeza	Manter o gasto atual (2015), desconsideradas as repactuações.	Considera-se a meta cumprida, tendo em vista que o aumento verificado nos gastos (9,91%) foi inferior ao percentual de repactuação do período, que foi de 9,97%.	 META SUPERADA
12. Reformas	Reduzir o gasto com reformas em 10%, ao ano, até 2020.	Aumento de 999,82% em 2017	 META NÃO ALCANÇADA
13. Combustível	Reduzir a quantidade anual de quilômetros rodados em 7,5%, ao ano, até 2020.	Aumento de 60,54% em 2017	 META NÃO ALCANÇADA
14. Veículos	Reduzir o gasto anual de manutenção preventiva e corretiva em 15%, ao ano, até 2020.	Redução de 33,93% em 2017	 META SUPERADA
15. Sensibilização	Implantar uma ação de sensibilização para cada tema até 2020.	Em 2017, foram realizadas diversas ações voltadas para o tema socioambiental.	 META SUPERADA

A apresentação dos resultados das metas do PLS em 2017 foi realizada com o intuito de chamar a atenção dos presentes para atual situação orçamentária pela qual a Justiça Federal tem passado. Em 2017 metas referentes a redução de gastos com energia elétrica, água, papéis, descartáveis, etc. não foram alcançadas, e em 2019 os recursos liberados serão ainda menores que os de 2018. A atenção especial às metas do PLS afetam diretamente a redução de gastos.

O Diretor da Secad reforçou a Circular Diref 6796045, que trata das reduções que serão realizadas nos contratos da SJTO para o ano de 2019, e reforçou o pedido de sugestões, que estão sendo colhidas no PAe 0003245-38.2018.4.01.8014 até o dia 08/10/2018. Posteriormente será realizada reunião de consolidação das propostas e elaboração de plano de ação visando a redução de gastos e adequação aos limites orçamentários impostos.

5. Deliberações do CIPE-SJTO

- Os diretores presentes afirmaram que continuarão a trabalhar com foco nos processos que impactam as metas, com vistas a melhorar o desempenho nas metas.
- Os diretores presentes se comprometeram a verificar a possibilidade de formalização das iniciativas estratégicas, com vista a indicação de projetos para compor a carteira de projetos da seccional.

6. Providências a serem tomadas pelo CIPE-SJTO

- Agendar próxima RAE para o mês de novembro de 2018.
- Submeter a ata da 2ª RAE do CIPE-SJTO ao CIPE-TRF1.



Documento assinado eletronicamente por **Harley Caixeta Seixas, Supervisor(a) de Seção**, em 03/10/2018, às 10:09 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Elias Faria Cardoso, Diretor(a) de Secretaria de Vara em exercício**, em 03/10/2018, às 10:14 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Delmar Carneiro Pessoa Junior, Diretor(a) de Secretaria de Vara**, em 03/10/2018, às 12:27 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Iracema Ribeiro de Sena, Técnico Judiciário**, em 03/10/2018, às 12:32 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gilmar Cintra de Araújo, Diretor(a) de Núcleo**, em 03/10/2018, às 13:08 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fabyo Di Abraão Teixeira Noletto, Diretor(a) de Secretaria de Vara**, em 03/10/2018, às 13:50 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo de Assis Ribeiro Filho, Juiz Federal Diretor da Subseção Judiciária**, em 03/10/2018, às 16:27 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Pollyana de Abreu Pimenta, Diretor(a) de Secretaria de Vara**, em 03/10/2018, às 19:01 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Oliveira Ribeiro Prado, Diretor(a) de Secretaria de Vara**, em 04/10/2018, às 14:37 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marhianne Paulla Cunha de Oliveira, Diretor(a) de Secretaria de Vara**, em 04/10/2018, às 18:27 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Antonio Nogueira Pereira, Diretor(a) de Secretaria Administrativa**, em 09/10/2018, às 10:01 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Pacelli Larisson Gonçalves Costa, Diretor(a) de Secretaria de Vara em exercício**, em 26/10/2018, às 17:16 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **6876165** e o código CRC **BAE583F9**.